

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de dezembro de 2021

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Trabalhos do Instituto Pereira Passos em 2022 e interfaces a se desenvolver com o Conselho de Informações

O encontro foi realizado de maneira presencial, no auditório do Instituto Pereira Passos. Foram respeitados os protocolos de segurança para a manutenção da saúde dos participantes, como distanciamento entre as cadeiras, uso de máscaras e álcool em gel.

O Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, explicando o tema do encontro e sua importância. Em seguida, passou a apresentar os trabalhos do Instituto Pereira Passos em 2022.

Carlos Krykhtine: “Recebemos a sugestão de que hoje a gente olhasse um pouco para o que o IPP estará fazendo no ano que vem. São previsões que nós colocamos no orçamento, no Plano de Metas da Prefeitura, no Plano Estratégico, ou seja, todos os instrumentos de planejamento. São assuntos que surgem lá e mais alguns desejos do presidente de conduzir dentro do Instituto. Há coisas que são mais rotineiras e não colocamos aqui. Preferimos colocar assuntos que chamam a atenção e que acreditamos que podem encontrar um eco nas reuniões do Conselho”.

Os principais pontos expostos durante a apresentação foram:

- SIURB e Data.Rio - Sistema Municipal de Informações Urbanas - III Seminário: Parte da rotina do IPP, porém de grande relevância estratégica para o Instituto, estão a coordenação do SIURB e a alimentação e manutenção do portal Data.Rio. Sempre em parceria com diversos órgãos municipais e externos, o plano é expandir o uso e relevância do SIURB enquanto instrumento de articulação de políticas públicas através de dados e informações, enriquecendo também o acervo disponível à população através do Data.Rio. Nesse contexto, em 2022 o IPP planeja realizar o III Seminário do SIURB, após o I e II realizados em 2016 e 2018;

Carlos Krykhtine: “A gente costuma realizar, a cada dois anos, o seminário do SIURB. Ficou um tempo sem acontecer, por conta da pandemia, mas já queremos nos organizar para que ele aconteça em 2022. Já realizamos no Museu do Amanhã e no auditório do Ministério Público do estado e aceitamos sugestões de locais, nas instituições que possam receber o evento. O público-alvo são servidores do município, mas temos muitos convidados externos que querem entender como a informação está sendo tratada no município”.

- O evento tem entre 2 e 3 dias, como um “mini-congresso” e conta com apresentações de case produzidos por instituições internas e externas, universidades e até mesmo empresas;

- Favela 4D: Projeto a ser realizado nas favelas do Rio, envolvendo pesquisa, apoio a projetos e desenvolvimento comunitário;

- O objetivo do projeto Favela 4D é aumentar o conhecimento sobre as áreas informais da cidade para subsidiar diversas políticas públicas de saúde a partir de um diagnóstico da precariedade dos espaços públicos e das moradias nas favelas. Usando uma metodologia que utiliza instrumentos de medição mais modernos, informações importantes sobre, por exemplo, ventilação, insolação, superfícies molhadas, inclinação de pisos, rampas e escadas, tipos de materiais, etc. podem ser transmitidas ao ambiente de computação;

Carlos Krykhtine: "Favela 4D é um trabalho que o Fajardo conduziu antes de assumir como secretário e presidente interino do IPP, no período em que estudou em Harvard, nos Estados Unidos. Conversando com o pessoal do Senseable City Lab, do MIT, foi elucubrado um modelo que seria uma varredura a laser, que é feita do nível do chão e forma um gêmeo digital desse ambiente. Isso é feito em sítios arqueológicos, plataformas de petróleo e cavernas, lugares complicados e que se precisa inventariar. Isso nunca tinha sido feito em nenhuma favela do mundo, que é um espaço autogerado, complexo e altamente plástico. Já foram feitos alguns protótipos: escaneamos uma parte do Complexo do Alemão, do Jacarezinho".

- A ideia é que esses dados possam ser cruzados com dados de saúde, como doenças respiratórias, tuberculose, acidentes e quedas; em suma, tudo isso um ambiente geral insalubre de problemas de saúde. Com isso, políticas de melhoria habitacional podem ser traçadas de forma mais correta e precisa e projetos urbanos podem ser executados de forma mais econômica e com resultados mais precisos;

- A ideia é que o projeto seja desenvolvido em três vertentes:

- Pesquisa: Está sendo montada uma cooperação com o Senseable City Lab para, a partir da nuvem de pontos, buscar insights para serem respondidos pela nuvem;
- Inauguração na Prefeitura de projetos que usem a tecnologia *Building Information Modeling* (BIM): Já existe uma lei Federal que trata sobre o assunto. Nesta tecnologia, o computador simula um projeto do mundo real em um metaverso, o que acelera a velocidade dos projetos e afina as questões de custo;
- Desenvolvimento Comunitário: Inclui a montagem de um laboratório nas comunidades, engajando a juventude, para que a própria comunidade também tenha insights de solução. O laboratório deve ser equipado com computadores, impressoras 3D e óculos de realidade virtual. A ideia é que o trabalho seja associado a uma instituição acadêmica, para oferecer cursos de extensão.

- Varição Vertical das Favelas e novo SABREN: Realização do primeiro estudo sobre a variação vertical da ocupação das favelas;

- A proposta é uma evolução em relação às metas passadas do IPP, que cobriam apenas a realização do mapeamento da variação de área (horizontal) das favelas;

- Com o LiDAR aéreo realizado em 2019, o estudo visará fazer uma comparação com a cartografia de 2013, além de estabelecer uma metodologia regular para essa avaliação - com a expectativa de ter novo LiDAR aéreo da Cidade em 2023;

- Uma nova versão do SABREN - Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, também será lançada em 2022;

Carlos Krykhtine: "O SABREN é o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda. Ele recebe uma grande atualização quando o Censo do IBGE é realizado, porque a maior parte dos dados vem dali. Anualmente, o IPP faz um monitoramento da variação horizontal dessas ocupações, baseado em fotointerpretação. Em 2019, tivemos um LIDAR aéreo, para toda a cidade, um laser aerotransportado, com uma resolução de 8 pontos por metro quadrado. Por isso, a equipe começou a desenvolver uma metodologia para comparar com a cartografia, que é de 2013, para ter um primeiro retrato da variação vertical. Estamos cavando um segundo voo no orçamento para fazer uma comparação entre 2019 e 2022 ou 2023. Isso nos leva a uma nova cena no monitoramento das favelas".

- Territórios Sociais: O programa visa identificar e atender as famílias mais vulneráveis da cidade através de um protocolo integrado de atendimento. As áreas prioritárias do programa são selecionadas através de índices de desenvolvimento e de progresso social do território carioca;

- Programa em colaboração com UN-Habitat, atua em 10 Grandes Complexos com aproximadamente 424 mil habitantes em 145 mil domicílios. Estamos ampliando o programa para 674 favelas, 98 conjuntos habitacionais e 180 loteamentos irregulares, totalizando 1.5 M pessoas.

- A Busca Ativa para oferecer um plano de ação de respostas de forma ágil e diferenciada com ações de desenvolvimento social, saúde, educação e habitação;

- A Reavaliação do risco social da família é realizado após 12 meses;

Carlos Krykhtine: “Esse é um programa que gera muita vascularidade pra gente. Nos traz muitas informações de campo, de aspectos que estávamos no escuro, dependentes das informações do Censo. E o prefeito topou uma super expansão, com uma pesquisa bem ampla, para rodar nos próximos três anos. Acredito que teremos relatórios importantes para compartilharmos com vocês nessa expansão”.

Andrea Pulici: “E a gente entra também com o programa ‘Casa Carioca’, pilotado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, que prevê ações de melhorias habitacionais nas famílias que já foram identificadas em Grandes Complexos como Risco 3, ou seja, famílias que estão no Índice de Pobreza Multidimensional no pior risco e que têm falta de água potável, não tem banheiro ou saneamento. As primeiras famílias atendidas pelo ‘Casa Carioca’ serão essas famílias mapeadas e que já estão sendo tratadas nos Grandes Complexos”.

- Monitoramento REVIVER CENTRO: Criação de um HUB de monitoramento integrado do projeto de zeladoria urbana, do plano de requalificação do Centro e da lei complementar que instituiu o Programa Reviver;

- O monitoramento do projeto Reviver Centro consiste em um Dashboard de monitoramento de indicadores, monitoramento da dinâmica imobiliária e Painel 3D:

- Painel de monitoramento 3D;
- Indicadores de produto e resultados;
- Monitoramento do mercado imobiliário - licenças emitidas, lançamentos realizados, preços praticados no mercado primário e secundário de imóveis;
- Painel de monitoramento dos recursos da operação interligada (arrecadação e destinação).

Andrea Pulici: “O Reviver Centro tem como se fossem 3 etapas: uma é liderada pelo IRPH, que é a questão da zeladoria urbana. Nós fizemos uma enquete lá atrás, com muita gente reclamando do abandono e da questão da conservação no Centro. Na gestão passada do Eduardo, quando o Fajardo era presidente do IRPH, havia um programa chamado “Centro Para Todos” que foi adaptado, agora sob a liderança da Laura. No início da gestão foi criado um Grupo de Trabalho para fazer um Plano de Requalificação do Centro, que é liderado pelo IRPH e envolve programas e projetos de várias secretarias, para a área do Centro, abrangendo a 1ª e 2ª Regiões Administrativas. E tem a lei do Reviver, que dentro dela tem alguns distritos de conhecimento e programas de moradia que estão sendo regulamentados. Então, a ideia desse HUB é que você possa não só conhecer o que são todos esses programas, mas tudo que está sendo implementado, também para dar um pouco de transparência para a população”.

Laura Di Blasi: “Eu acho que valia ter uma apresentação sobre Reviver, porque são vários projetos dentro dessa lei, com várias vertentes. Então, não é só a questão da moradia, é ter uma requalificação no sentido amplo da palavra. E, paralelo a isso, o IRPH liderou o Plano de Requalificação da Área Central, que são os órgãos da Prefeitura atuando naquela área. O que cada um pode fazer para melhorar o espaço público”.

Andrea Pulici: “É importante lembrar que na lei, a gente tinha uma preocupação muito grande com as pessoas que já moram no Centro, além de tentar trazer um mix de renda. A gente sabe que tem uma faixa de renda que o mercado não dá conta, por isso, na lei a gente cria os programas de moradia para pessoas com renda de 0 a 3 salários mínimos”.

- Núcleo de Estudos Imobiliários: O monitoramento de mercado busca dar suporte à compreensão da dinâmica imobiliária na área do Reviver Centro através do acompanhamento dos valores e das variações praticadas em vendas, locações e lançamentos;

- Os dados do painel presente do Reviver.Rio fazem parte de um recorte temporal de julho de 2021 sobre estoques desses imóveis e os lançamentos a partir de 2005. Foi realizado convênio com o SECOVI e seguem tratativas com outros entes do mercado como OLX/ZAP para aprimorar a base de dados;

- A divulgação periódica dessas informações possibilitará a construção de gráficos de variações e análises que permitam o acompanhamento do mercado imobiliário no Centro do Rio;

- Também será expandido para toda a cidade;

Fernanda: Furtado: E como entra o ITBI?

Andrea Pulici: “No Centro, a gente está focando nas licenças emitidas e nas transações realizadas. A gente vai conversar para tentar aprimorar um pouco mais essa questão de como as licenças entram aqui no painel e, depois, os dados da Fazenda de arrecadação de ITBI e IPTU. A gente está indo em passinhos de bebê, mas a principal ideia é que a gente vá desde o mercado primário até o mercado secundário e conseguir afinar um pouco o preço comercial e residencial. Também tentar entender um pouco, sem ter que fazer uma pesquisa primária, dessas novas unidades, quantas de fato serão ocupadas ou não. Então, nós também estamos com algumas tratativas com a LIGHT e com a CEG, se a gente consegue abarcar melhor essa informação”.

Carlos Krykhtine: “É uma conversa complicada porque são dados sigilosos e existe toda uma questão de proteção de dados, mas a gente está avançando nas conversas”.

- Serviço de Moradia REVIVER CENTRO: Ofertar programas habitacionais na área central trazendo a moradia como um serviço com objetivo de atrair uso residencial, fomentar faixas de renda diversos, diminuindo o déficit e a inequação habitacional;

- Desenho e proposta de regulamentação dos programas habitacionais implementados na Lei do Reviver, a saber:

- Programa de Moradia Assistida
- Programa de ATHIS e Melhorias Habitacionais
- Programa de Autogestão
- Programa de Locação Social

- Estudo de viabilidade, modelagem econômica e proposta do Parque Público de locação social, implementação de escritório de assessoria técnica e licitação de autogestão;

- Produzir, fomentar e ofertar moradia adequada e sustentável, através dos programas citados, na área de abrangência do programa Reviver Centro;

Carlos Krykhtine: “A lei prevê a instituição de um serviço de moradia social no Centro, que tem um conjunto de ações desde Moradia Assistida a Locação Social. A gente está estudando a criação de um parque, utilizando terrenos públicos municipais. A ideia é que a SMPU desenvolva esse ano a licitação de desenvolvimento de projetos habitacionais, totalizando 549 unidades”.

Waldir Peres: “Essa proposta do parque público já está desenhada? Como vocês estão pensando em implantar isso?”

Andrea Pulici: Na verdade, a lei do Reviver implementa quatro programas: Moradia Assistida, ATHIS com melhorias, Locação Social e Autogestão. Então, a gente aqui no IPP junto com o pessoal da SMPU estamos tentando trazer esse conceito da moradia como um serviço. Começamos uma modelagem interna de viabilidade, estudo de terreno e fomos beber das fontes da França, São Paulo e Porto Alegre, que tem modelagens nesse sentido. Fomos levantar os custos do empreendimento, a modelagem de qual tipo de subsídio seria dado para cada faixa e chegamos em uma primeira proposta. Após conversas com a Secretaria de Habitação e com algumas instituições, estamos aprimorando o projeto e trabalhando com a Fazenda sobre a questão dos terrenos. Também estamos conversando muito com o mercado. Por enquanto, estamos vendo que o desenho que temos feito é bem possível de ser implementado”.

Washington Fajardo: “Isso é consequência direta do projeto urbano que é o Reviver que é ancorado na legislação nova. O objetivo dessa legislação, de uma certa maneira, é o principal caráter do Reviver: como é que a gente aumenta o estoque residencial na segunda Região Administrativa. Porque o estoque construído existente é, na grande maioria, dominado por espaços corporativos Comércio e Serviços. A pandemia catalisou muito, o que tem a ver com as mudanças de funcionamento do trabalho. A gente não sabe ainda como isso vai ficar, mas a simples perspectiva de 10 a 20% do tempo de trabalho passar a ser remoto é um impacto para o que esse território produziu historicamente em termos de rede socioeconômica. E aí, qual foi a estratégia adotada: ou qualificar o estoque residencial, ou atrair estoque novo. A gente preferiu apostar na

oferta do estoque para que a partir da chegada desse novo público, a gente possa ter um incremento dessa atividade econômica local. Então, a partir da locomotiva da oferta de estoque novo, ancorada na operação interligada, a gente bonifica em outros locais o produtor Imobiliário que promove no centro. Isso gera para a gente uma contrapartida, que pela lei tem três obrigações: espaço público, patrimônio cultural e habitação. Então, o que a gente já tem hoje assegurado, em termos de licenciamento, traz uma estimativa de 12 a 14 milhões com dois prédios, simplesmente. Isso significa que a gente passa a ter uma receita disponível para poder operar uma oferta de estoque com compromisso social. Ocorre que a região, dada também a sua infraestrutura, a gente também não pode cometer o erro de que essa política Habitacional inclusiva seja unicamente de caráter de oferta de propriedade. Nos anos 90, o município investiu muito nessa temática dos programas habitacionais, como o Programa Novas Alternativas, por exemplo. Pela sua infraestrutura, a área Central tem que ter um parque público, que permita que as pessoas passem por ele e que depois faça uma transição para outros modelos de moradia. O grande desafio é que a gente não tem essa experiência no Brasil. O foco é a Locação Social, que é um desafio institucional porque oferecer uma propriedade privada, pelo ponto de vista de gestão, é muito mais fácil. Essa simples oferta tem consequências, principalmente quando ocorre em áreas mais afastadas. À medida que o parque passa a ser público, significa que a gente precisa como prefeitura aprender a gerir edificações e, especialmente, gerir pessoas que passam a ser inquilinos da prefeitura. Essa simples dimensão parece muito estranha, mas a prefeitura tem essas expertises em diferentes setores. É um grande desafio, estamos empolgados e o prefeito entendendo esse desafio nos mandou seguir adiante. Estamos atrás de como montar uma rede de discussão, de trocas de melhores práticas, já que as experiências são muito mais fora do país”.

Waldir Peres: “Essa é uma ideia muito boa e é bom ver a Prefeitura assumindo esse papel. Agora ela pode ser escalável, pode ser replicada na Região Metropolitana. Obviamente, o município do Rio de Janeiro tem suas particularidades, é a cabeça da Região Metropolitana, mas temos outros grandes municípios que poderiam ter algo semelhante. Quer dizer, então olhar com atenção para ver qual vai ser o sucesso deste programa pode ter um impacto metropolitano enorme. É importante observar no pente fino para ver como vai ser feita essa gestão. É uma ideia bem nova e um desafio”.

Washington Fajardo: “A gente não tem uma conjuntura política e socioeconômica favorável, então temos a tendência de aumento de juros e uma certa tendência inflacionária. Paradoxalmente talvez esse seja o melhor momento de desenhar isso. E a surpresa tem sido essa: no ambiente privado, já há uma leitura no mercado imobiliário de que a tendência seja de que os juros podem se acertar no médio e no longo prazo. Existe um grande abalo hoje no mercado imobiliário do mundo inteiro que é com protagonismo do espaço corporativo, que tem sido definidor das dinâmicas imobiliárias em todas as cidades. Isso foi duramente atingido pela pandemia, então todos os fóruns globais têm essa discussão: se os espaços corporativos continuam tendo a força e a relevância que ele teve. Ninguém tem essa resposta, mas basta essa experiência coletiva que a gente teve na pandemia. Então o mercado começa a olhar também para a possibilidade da oferta Residencial baseado em renda que não é tão comum no nosso país por conta do nosso histórico inflacionário, mas é muito comum em outros lugares. Para nossa surpresa, temos atores do mercado imobiliário, especialmente do setor de financiamento imobiliário, estudando a possibilidade de locação social. O Reviver já traz o compromisso de locação social até seis salários mínimos. O esforço que a gente está fazendo é de como a gente ataca a faixa de salário de 0 a 3. Daí surge a ideia do parque de moradia pública”.

- Monitoramento das Mudanças Climáticas: Inventário de Gases de Efeito Estufa - GEE, monitoramento de Projetos de Mitigação e Adaptação e do Distrito de Baixa Emissão do Centro da Cidade;

- O SISCLIMA - Sistema de Monitoramento das Mudanças Climáticas tem como objetivo o monitoramento das emissões de gases de efeito estufa da cidade e dos projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas conduzidos pela Prefeitura e seus parceiros;

- É do escopo do SISCLIMA o reporte à plataformas internacionais de clima, como o Carbon Disclosure Project - CDP, o que tem gerado reconhecimentos e premiações nacionais e internacionais à Prefeitura, em virtude da qualidade do reporte e das ações do governo municipal;

Carlos Krykhtine: "Esse trabalho continua no ano que vem, tendo um desafio de aproximar mais um ano, ficando somente um ano para trás. E tem uma novidade: o primeiro projeto de Avaliação, Adaptação e Mitigação, que estará focado também no Centro da cidade, que tem um Distrito de Baixo Carbono, instituído pela lei do Reviver. A ideia é que a gente consiga fazer uma avaliação piloto disso e entender como estará funcionando.

Felipe Mandarin: "Também estaremos vendo outros projetos da Prefeitura que reduzem emissões. Olhar o cenário completo da cidade, a gente já tem feito. Agora é olhar projeto a projeto para entender o impacto que eles estão tendo. Esse sistema de monitoramento está integrado ao SIURB".

- Cooperação NASA/PCRJ: Avanços sobre o modelo LHASA, início de operação de modelo preditivo de inundações urbanas;

- Avançando em várias questões de monitoramento urbano, a prefeitura tem a única cooperação no mundo entre a NASA e uma Cidade;

- A parceria é coordenada pelo Instituto Pereira Passos, que também é co-responsável pela execução técnica de modelagem de deslizamentos, modelagem de inundação, qualidade do ar e outros projetos, sempre em colaboração com outros órgãos municipais como GEORIO, RioÁguas, COR e SMAC;

- Após cinco anos de parceria, iniciada em 2015, em dezembro de 2020 o acordo foi renovado por mais cinco, se estendendo até 2025, o que mostra a maturidade atingida e o interesse mútuo de ambas organizações na continuidade da cooperação;

Felipe Mandarin: "Estamos desenhando agora com o Centro de Operações Rio, dentro do aplicativo do COR, para que os cidadãos recebam, diretamente no seu celular, um aviso que a gente está chamando de sirene móvel. É um aviso se aquela área onde a pessoa está tem um perigo de deslizamento. É uma adição às sirenes que já existem em locais de risco. Com as chuvas de 2019, voltamos a ter fatalidades por deslizamento na cidade, coisa que a gente não tinha desde 2010. Mas, a grande maioria dessas fatalidades foram em locais que não eram cobertos pelas sirenes físicas. Então com esse modelo que a gente fez com a NASA e com o aplicativo da sirene móvel, a gente consegue expandir esse alerta para a cidade inteira. Outro projeto que a gente já tá terminando a implementação em um servidor nosso também, como roda o LHASA RIO, é um modelo de inundações urbanas para rodar em tempo real, a partir dos dados de chuva. É a primeira vez que a NASA fez um modelo nesse nível de detalhe. Ainda para esse verão, a gente espera começar a rodar em fase de teste. O COR, a Rio-Águas, a GEO-Rio e a Defesa Civil estão com a gente nesse processo".

Washington Fajardo: "Ao longo do ano, eu tenho falado muito com as equipes, que é algo a ser perseguido ainda, é que o IPP tem uma excepcional capacidade analítica, de ciência geográfica, uma capacidade de monitorar e avaliar esses riscos. Os riscos sociais, ambientais e, até mesmo, os riscos econômicos. Mas os riscos sociais e ambientais estão muito bem instalados aqui e são trabalhos desenvolvidos com muita qualidade. A prefeitura conseguiu conquistar também uma capacidade de ação emergencial de muita qualidade, essa relação entre os dados de análise e o COR é incrível e funciona muito bem. Infelizmente, como é que se converte inputs para chegar lá e fazer uma intervenção na Rio-Águas ou para a Secretaria de Urbanismo fazer um projeto. Então, hoje a gente tem uma possibilidade, pelo fato do Planejamento Urbano estar junto com o IPP. E, algo que a gente precisa desenvolver mais é como essa capacidade analítica vira um input, não somente para uma resposta rápida, mas para evitar. Que tipos de projeto de mitigação precisam começar a ser desenvolvidos? Que tipo de intervenção de obra urbana tem que começar a ser planejada? É uma situação desafiadora Por que a capacidade de uma resposta rápida não pode sugerir que a gente já está com um problema resolvido. A gente simplesmente consegue ler e intervir. Não, necessariamente, a gente consegue se adaptar ao problema. Esse é um desafio institucional que eu tenho lançado para todo mundo, de ver como a gente consegue estabelecer essas pontes. Tenho uma discussão que eu tenho colocado também, que são os riscos do IPP em relação aos avanços tecnológicos. A gente precisa começar a entrar mais em domínio de ciência de dados, trazer mais uma capacidade de códigos de programação para essa capacidade cartográfica e de geoprocessamento que já existe aqui. Isso significa como a gente pega os talentos que já existem e leva eles para um outro degrau de desenvolvimento. Hoje temos um

Escritório Municipal de Dados, iniciativa do prefeito, e a gente tem interagido muito com eles. Que tem uma função um pouco macro de usar todas as necessidades de soluções de outras pastas, a partir de abordagens de ciência de dados e visualização. Também quero que a equipe do IPP possa ganhar mais expertise nesse domínio, fazendo a evolução desse trabalho de qualidade. A gente tem procurado dialogar muito com essas empresas novas digitais e também do ambiente imobiliário. É muito interessante ver como essas empresas desenvolvem seus modelos de negócios a partir do acesso a dados públicos. Isso significa que a gente, enquanto prefeitura, precisa ter uma inteligência também sobre seus próprios dados. Inclusive, inteligência econômica sobre os dados. Por exemplo, a prefeitura faz a concessão do serviço de bicicleta compartilhada, mas não tem obrigação contratual da empresa de passar os dados para a prefeitura. Então, além da monetização das bicicletas, ele ainda tem a monetização dos dados que ele obtém por oferta pública e a prefeitura mal sabe disso. A gente precisa trazer essa dimensão, não só para o IPP, mas com uma visão macro. Nesse processo de diálogo, a gente conversou com uma start-up de Porto Alegre, chamada 'OSPA', que faz um produto que chama 'Place', que é uma base web, onde você consegue ver algumas cidades. O que eles fazem: você entra nessa plataforma, vê qualquer terreno da cidade e qualquer imóvel, consegue ver quais são os parâmetros e fazer, na plataforma digital, um pré estudo de viabilidade imobiliária. Você descobre quanto tem que pagar de outorga, o custo de construção estimada para cada área e você consegue então ver até qual é a sua expectativa de retorno no desenvolvimento de cada área. Isso é diretamente conectado com a capacidade de organizar os dados. Então, a cidade precisa ser lida e compreendida por algoritmos. Se a cidade é muito confusa no zoneamento, ela também é confusa na hora de desenvolver códigos. É um desafio interessante tentar começar a trazer essa compactação de uma maneira mais estruturada”.

- IPS - Índice de Progresso Social - Bairros: Índice sintético composto por 36 indicadores lançado em 2016 e com série histórica para 2018 e 2020 utilizado no monitoramento da implementação das ações estratégicas da cidade e para priorização das áreas de investimento. Atualmente calculado para as RAs da cidade;

- Em 2022:

- Redesenho do Índice, visto que alguns indicadores não são mais possíveis de serem calculados com a regionalização por bairros;
- Priorização do uso de dados administrativos para o monitoramento e atualização do índice em menor periodicidade;
- Relatório metodológico com o primeiro cálculo do IPS Bairro.

- CENSO POP/RUA: Segundo Censo de população em situação de rua coordenado pelo IPP com SMASDH em parceria com a SMS - 2022;

- Em cumprimento ao Decreto Rio nº 46.483, de setembro de 2019, foi realizado, no período de 26 a 29 de outubro de 2020, o Censo de População em Situação de Rua 2020, na Cidade do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde;

- Ao longo de 2019/2020 foram realizadas várias reuniões com a sociedade civil, secretarias municipais e estaduais, instituições de pesquisa para o desenho de uma metodologia replicável e que desse conta do desafio do objeto da pesquisa;

- Um dos principais objetivos, para além de quantos são, era poder traçar o perfil destes moradores, seus motivos, as relações com os territórios e os serviços da prefeitura para que se pudesse construir uma política pública integrada de médio e longo prazo;

- Esta primeira experiência serviu como uma linha de base e será replicada a cada 2 anos;

- CENSO 2022: Acompanhamento e suporte ao IBGE;

- Parceria estrutural do IPP com o IBGE, desde o desenho da malha de setores censitários até o uso das instalações do Instituto como base de apoio à operacionalização do Censo;

- Com a publicação dos resultados, a se iniciar ainda em 2022, o Instituto terá muito trabalho para trazer as informações do Censo ao público da Prefeitura e ao cidadão carioca, sempre buscando parceria e sintonia com as divulgações do próprio IBGE;

- Espera-se poder realizar a segunda edição do Cadernos do Rio, uma publicação organizada pelo IPP sobre os dados do censo para a cidade do Rio de Janeiro;

- Além disso, a atualização do Índice de Desenvolvimento Social, muito utilizado pelas secretarias municipais para planejamento das ações territoriais;

- **Prêmio IPP:** Prêmio Maurício de Abreu - 3ª Edição para Teses e Dissertações;

- O Prêmio do IPP homenageia o geógrafo Maurício de Almeida Abreu, professor da UFRJ e autor, entre outros clássicos, do livro Geografia Histórica do Rio de Janeiro;

- A premiação visa selecionar teses e dissertações sobre a cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é estimular a reflexão sobre a realidade social, urbana, econômica, política, cultural e ambiental do município e suas interações com a Região Metropolitana, no ano de 2022;

- Previsão de Lançamento do Edital: Maio de 2022 com a Premiação ao final do ano;

- Premiação: 1º colocado Tese de Doutorado receberá R\$18 mil e o 2º R\$12 mil. E o 1º lugar em Dissertação de Mestrado ganhará R\$10 mil e o 2º R\$6 mil;

Fernanda Furtado: “Eu tô vendo ali que vocês vão dar prêmio em dinheiro?”

Carlos Krykhtine: “A segunda edição teve premiação em dinheiro”.

Fernanda Furtado: “Não seria a publicação?”

Carlos Krykhtine: “Não. Por acaso, o primeiro lugar publicou um livro, foi até sobre a População de Rua. Mas, o desdobramento de a gente ter uma publicação é algo desejável”.

Fernanda Furtado: “Eu acho, sinceramente, que a publicação para a pessoa que tem um nível acadêmico é mais importante do que ganhar uma quantia em dinheiro”.

Victor Barone: “Eu gosto muito desse modelo acadêmico, mas eu acho que o IPP podia ter um concurso menos acadêmico, como um Dataton. É um modelo muito parecido com o Hackathon, mas voltado para dados. A Organização da União Europeia usa isso. Basicamente, as pessoas pegariam os dados do Data.Rio, o que ajudaria a divulgar o site e todo mundo faria todo tipo de análise sobre esses dados. Você teria uma geração de insights absurda. Coisas que a gente nem viu ainda, a partir dos dados que estão lá”.

Andrea Pulici: “Acho que para o Censo de 2022 essa é uma boa ideia. A gente sempre publica com o Censo, o “Caderno do Rio”. Nós escrevíamos artigos temáticos para essa publicação. Que é algo que a gente sempre tem que analisar se temos verbas para isso. Nesse sentido, para que não demore muito e que a gente consiga exportar esses dados para a sociedade, seria interessante esse modelo”.

Victor Barone: “Na verdade, você não precisa de muitos dados para gerar esse modelo. Mesmo com duas variáveis, você faz uma análise absurda. Outro ganho nisso: a gente sabe que o IPP vem perdendo cargos ao longo dos anos, se não me engano, o último concurso foi em 2008. Em um concurso como esse, você gera produtos e produtividade sem, necessariamente, aumentar a equipe, vamos dizer assim”.

Carlos Krykhtine: “Acho que o grande mérito é gerar uma difusão do uso da ferramenta. Então acho que pode ser interessante. Em 2023, vai ser um terreno fértil para ter insights com os dados do Censo”.

Roberto Medronho: “Aliás, a criação do Prêmio, eu estava no Conselho na época, foi exatamente isso. Divulgar e estimular que a academia desse um olhar maior para o Rio de Janeiro. Por exemplo, a UFRJ, talvez por ter sido a universidade do Brasil, tem muitos estudos em todos os lugares do Brasil e muito menos na cidade onde é a sua sede. Então, eu que estudo o município do Rio de Janeiro, vejo com bons olhos a proposta que ele lançou. Tem só uma questão, que é mais ligada às ciências humanas, que muitos deles não usaram os dados do Data.Rio, que é para estudos quantitativos. Talvez, para evitar conflitos com uma área muito importante, podemos ver como conciliar isso”.

Carlos Krykhtine: “Acho que uma coisa não anula a outra. A gente mantém o mesmo formato e cria mais uma atividade”.

Roberto Medronho: “Talvez seja a melhor forma”.

Rui Alberto: “Eu iria justamente perguntar se a premiação é única ou se existem previsões de dois ou três prêmios, para fazer essa composição. Manter o prêmio tradicional de tema livre para trabalhos acadêmicos ou até não acadêmicos, desde que versem sobre o Rio de Janeiro. E ter esse outro tipo de trabalho, com uma mastigação dos dados disponíveis e que poderiam ser previamente definidos os temas que seriam destinados à análise dessa base de dados. Ou também seria de livre uso do usuário. Mas, eu acho que essas duas vertentes poderiam trabalhar em paralelo como você colocou agora”.

Felipe Mandarinho: “Sobre o Data.Rio, uma coisa que a gente está avançando, junto com o COR e o Escritório de Dados, é enriquecer o acervo do Data.Rio, e abrir de fato o máximo possível. A gente tinha ali alguns dados com uma orientação de uso, que obrigava o usuário a não fazer nenhuma alteração no dado e ter que, obrigatoriamente, citar a fonte do uso. Isso impedia, por exemplo, o pessoal do Open Street Map, que é um mapa básico do mundo inteiro, eles não conseguiam usar nossos dados, porque eles não conseguiam citar. Eles usam milhares de fontes do mundo inteiro, se eles citam as fontes na tela de abertura do mapa, só tem fonte, não tem mapa. E eles alteram os dados, revisam, adicionam coisas, então a gente está alterando esse licenciamento das coisas que estão no Data.Rio para ser o mais aberto possível”.

- Publicações: Planejamento Editorial para o ano de 2022;
- Chamamento para Publicações sobre o Bicentenário da Independência. Publicações que sejam até mesmo infantojuvenis. A ideia é dar um impulso na produção literária sobre o tema;
- 5ª Edição do Livro de Maurício de Abreu - Evolução Urbana do Rio de Janeiro;

Carlos Krykhtine: “Ele teve o design revisto e atualizado, a ideia é que ele continue barato, para competir até mesmo com a xerox da faculdade. A novidade é que agora a gente tem todas as tabelas digitadas. Então a gente quer fazer um combo: lançar o livro e lançar as tabelas no Data.Rio para que a galera não precise digitar. São dados que o Maurício reuniu e a gente sabe o valor dessa obra”.

- Pranchas do GUTA Reeditadas - Praça XV e Arcos da Lapa. reedição das pranchas que estão esgotadas na livraria do Instituto;
- Pranchas do GUTA Inéditas - Quinta da Boavista. Lançamento de um novo conjunto de imagens, mostrando a evolução urbana da Quinta da Boa Vista. Porém, depende de tratativas com a família do artista;
- Reedição do Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Independência do Brasil. Ainda em conversa com o Arquivo Geral da Cidade para entender a viabilização;
- Livro do Prefeito Peñalosa - CIUDAD, IGUALDAD, FELICIDAD. Lançamento de uma nova coleção chamada “Prefeitos do Mundo”, que trará livros escritos por personalidades que sejam, ou tenham sido, gestores de grandes metrópoles ao redor do globo. A publicação inaugural será com o livro do ex-prefeito de Bogotá, Enrique Peñalosa;
- Reedição do Calendário do IPP para o ano de 2023. calendário especial com mapas da cidade;
- Proposta de calendário de reuniões do Conselho para 2022:
 - Janeiro - Recesso
 - Fevereiro - dia 9
 - Março - dia 9
 - Abril - dia 13
 - Maio - dia 11
 - Junho - dia 8
 - Julho - dia 13
 - Agosto - dia 10
 - Setembro - dia 14
 - Outubro - dia 19
 - Novembro - dia 9
 - Dezembro - dia 14

- As reuniões, salvo exceções, ocorrem sempre às segundas Quartas-Feiras de cada mês, às 15h no auditório do Instituto Pereira Passos.

Não havendo mais considerações dos conselheiros, o Presidente Interino do IPP, Washington Fajardo, deu as considerações finais, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.